

Precisamos de uma esquerda radical!

A esquerda institucional brasileira, ao aceitar o jogo eleitoral e a lógica do reformismo, tornou-se gestora da ordem. Mas como ensina Marx em *A Ideologia Alemã* (1846), a história da humanidade é a história da luta de classes — e não se supera exploração com reformas paliativas. Precisamos retomar a radicalidade: enfrentar as raízes materiais da desigualdade.

Nosso programa não é uma coleção de pautas dispersas, mas três eixos históricos e estruturais:

1. Abolição da exploração no trabalho.
2. Combate ao analfabetismo analógico, digital e funcional.
3. Um sistema único de educação, da infância à maioridade.

1. Abolição da exploração no trabalho

Historicidade

O trabalho no Brasil tem raízes profundas na escravidão colonial, que perdurou por mais de três séculos (1500–1888). A abolição da escravidão não significou emancipação social: a Lei Áurea libertou os cativos sem lhes garantir terra, escola ou condições dignas de sobrevivência. Como analisou Florestan Fernandes (1964), os ex-escravizados foram lançados à marginalidade, enquanto a elite manteve intacto o monopólio da terra e do poder.

No início do século XX, com a industrialização, surgem novas formas de exploração: jornadas de 12 a 14 horas, trabalho infantil e greves reprimidas violentamente. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), criada em 1943 sob o governo Vargas, representou um marco, mas também um limite. Como mostrou Caio Prado Jr. (1942), os direitos trabalhistas foram concedidos de cima para conter a pressão das greves, funcionando tanto como avanço quanto como instrumento de controle sindical pelo Estado.

Durante a ditadura militar (1964–1985), a repressão se intensificou: sindicatos foram perseguidos, greves criminalizadas e o arrocho salarial imposto como política oficial. A redemocratização trouxe a Constituição de 1988, que ampliou direitos sociais, mas logo enfrentou o avanço neoliberal dos anos 1990, com privatizações, terceirizações e flexibilização da CLT.

No século XXI, a exploração assumiu formas mais difusas, como a “uberização” e os contratos intermitentes. Segundo o IBGE (PNAD Contínua, 2023), 40,4% da força de trabalho está na informalidade. A OIT (2023) aponta que o Brasil é um dos países onde mais cresce o trabalho por plataformas digitais. Marx já advertia em *O Capital* (1867) que a tecnologia, sob o capital, não emancipa: intensifica a exploração. Hoje, o chicote do feitor foi substituído pelo algoritmo, mas a lógica da exploração permanece.

Reflexos no cotidiano

O trabalhador uberizado não tem jornada definida, não acumula direitos e não projeta futuro. Vive para sobreviver. É a reedição da escravidão em nova forma: agora, o chicote é o algoritmo.

Materialismo histórico

O trabalho sob o capital é alienado: gera excedente para acumulação privada, não para emancipação. A luta não é por regulação parcial, mas por abolir a forma mercadoria do trabalho e reorganizar a produção segundo as necessidades humanas.

Caminhos políticos – Como avançar

Curto prazo:

Agentes: coletivos de entregadores e motoristas.

Terreno: greves-relâmpago, ações judiciais, mídia independente.

Expectativa: conquistas parciais; reação imediata das plataformas com lockouts e bloqueios.

Médio prazo:

Agentes: sindicatos e frentes populares.

Terreno: Congresso (pressão legislativa), prefeituras (licenciamento de apps), cooperativas locais.

Expectativa: marcos regulatórios híbridos, insuficientes mas capazes de fortalecer a organização de base.

Longo prazo:

Agentes: centrais sindicais e partidos de esquerda.

Terreno: disputa pelo Estado, greves gerais, experiências de autogestão.

Expectativa: reação dura do capital financeiro, mas possibilidade real de avançar rumo a formas de controle social da produção.

Nota de Realismo

O capital reagirá sempre — judicializando, criminalizando, manipulando algoritmos.

Resumo

Do escravo ao uberizado, o fio condutor é a exploração.

Arremate Positivo

Cada greve, cada ato de resistência, é ensaio do futuro. A abolição da exploração não é utopia, é horizonte histórico possível.

2. Combate ao analfabetismo em todas as formas

Historicidade

A história do analfabetismo no Brasil é, em si, a história da exclusão social organizada pelas classes dominantes. Desde o período colonial e imperial, a escolarização foi privilégio restrito às elites urbanas e rurais. No Império, menos de 20% da população tinha acesso à instrução básica (Censo de 1872). A República Velha tampouco universalizou a educação: a escola foi tratada como bem privado ou concessão local, nunca como direito universal.

Já no século XX, a industrialização e a urbanização aumentaram a demanda por mão de obra qualificada, mas o Estado manteve uma política ambígua: alfabetizar parcialmente para o trabalho, sem promover emancipação crítica. É nesse contexto que surgem as primeiras grandes campanhas de alfabetização popular.

O ápice desse movimento ocorreu no início dos anos 1960, com experiências como o método de Paulo Freire em Angicos (1963), onde 300 trabalhadores rurais foram alfabetizados em 40 horas, e o Movimento de Educação de Base (MEB), criado em 1961, que chegou a atuar em mais de 20 estados. Essas iniciativas partiam do princípio de que alfabetizar não era apenas ensinar a ler e escrever, mas dar condições para compreender o mundo e transformá-lo. Exatamente por isso foram brutalmente interrompidas pelo golpe militar de 1964, que criminalizou a educação crítica e perseguiu seus educadores (CPDOC/FGV; Nexo Jornal, 2019).

Durante a ditadura, a alfabetização foi retomada em moldes tecnicistas e funcionalistas, voltada para atender ao mercado de trabalho e esvaziada de sua dimensão política. Mesmo no período pós-ditadura, as políticas de alfabetização seguiram sendo fragmentadas e vulneráveis a cortes, refletindo um padrão histórico: a educação nunca foi prioridade estratégica da elite brasileira.

No século XXI, o analfabetismo não desapareceu, mas assumiu novas formas. O analfabetismo absoluto ainda afeta milhões, mas o funcional — incapacidade de interpretar textos mesmo sabendo ler — tornou-se marca estrutural de uma educação que ensina códigos, mas não promove compreensão. Ao mesmo tempo, surgiram duas camadas adicionais: o analfabetismo digital e o analfabetismo analógico.

O analfabetismo digital deixa milhões excluídos do acesso ou do uso crítico das tecnologias, tornando-se reféns de plataformas que não compreendem. Já o analfabetismo analógico, conceito menos estudado, mas perceptível no cotidiano, representa a incapacidade de interpretar medidas, gráficos, manuais e instruções práticas. Essa exclusão não é acidental — é resultado de um sistema educacional que nunca buscou formar sujeitos plenos, mas apenas mão de obra parcial, incapaz de “ler” tanto a palavra quanto a materialidade do mundo. Como lembrava Paulo Freire, a leitura da palavra só tem sentido quando acompanhada da leitura do mundo.

Essa trajetória histórica demonstra que o analfabetismo no Brasil não é falha administrativa, mas parte de uma estratégia de classe: garantir que amplos setores da população permaneçam excluídos dos instrumentos básicos de autonomia e poder social.

Dados atuais

- Analfabetismo funcional: 27% da população não compreende plenamente textos simples (INAF, 2018).
- Analfabetismo digital: cerca de 20 milhões não acessam a internet, e milhões não dominam ferramentas básicas (Cetic.br, 2023).
- Analfabetismo analógico: não há ainda dados consolidados, mas é perceptível no cotidiano — milhões não conseguem aplicar conhecimentos básicos em tarefas simples como medir, interpretar manuais ou montar objetos.

Reflexos no cotidiano

Isso significa exclusão política e social. Quem não domina leitura, tecnologia e lógica crítica não é sujeito pleno: é consumidor passivo, manipulado por fake news, pelo mercado e pelo Estado.

Materialismo histórico

O analfabetismo não é acidente: é projeto de classe. Ele garante a reprodução da hegemonia burguesa, mantendo o povo desarmado culturalmente. Combatê-lo é romper a cadeia de dominação e abrir caminho para consciência de classe.

Caminhos políticos – Como avançar

Curto prazo:

Agentes: professores, universidades públicas, MST, coletivos populares.

Terreno: mutirões comunitários, secretarias municipais.

Expectativa: avanços localizados, mas vulneráveis a cortes orçamentários.

Médio prazo:

Agentes: MEC e universidades federais.

Terreno: legislação educacional, fundos constitucionais.

Expectativa: resistências neoliberais, mas ganhos sólidos se vinculados à cultura popular.

Longo prazo:

Agentes: Estado nacional sob hegemonia popular.

Terreno: Constituição, sistema educacional unificado.

Expectativa: constitucionalização da alfabetização integral, blindada de retrocessos.

Nota de Realismo

Sempre que há crise fiscal, a elite corta na educação. Só movimentos sociais sustentam programas populares.

Resumo

De 1920 à era digital, a exclusão é estrutural — mas também a resistência.

Arremate Positivo

A cada criança alfabetizada, a cada adulto que aprende a ler e escrever, nasce um novo sujeito político.

3. Um sistema único de educação

Historicidade

A educação no Brasil nasceu como privilégio. No período colonial, a instrução formal era restrita às elites brancas, muitas vezes conduzida por ordens religiosas. O Censo de 1872 já evidenciava essa desigualdade: a imensa maioria da população livre era analfabeta. No Império, não houve projeto nacional de universalização escolar — ao contrário, a educação foi tratada como espaço de distinção social.

Na República Velha, as escolas continuaram elitizadas. A massificação só começou no século XX, com campanhas regionais e a ascensão da escola pública em alguns estados. Ainda assim, persistiu a dualidade: um ensino de qualidade para poucos e outro precário para as massas.

Nos anos 1990, sob hegemonia neoliberal, o ensino técnico foi desmontado (CNE/MEC, 1997) e o ensino superior privado expandiu-se em larga escala. Nos anos 2000, programas como o FIES e o ProUni ampliaram o acesso ao ensino superior, mas muitas vezes à custa do endividamento estudantil e da concentração do setor: em 2017, cinco conglomerados

controlavam quase 40% das matrículas privadas (IPEA).

Esse processo reforça o que Louis Althusser (1970) chamou de aparelho ideológico de Estado: a escola como instrumento de reprodução da desigualdade. A fragmentação educacional brasileira — elites em escolas privadas de excelência e massas em escolas públicas precarizadas — não é acidente, mas projeto de classe.

Ainda hoje, a ausência de um Sistema Nacional Único de Educação significa que cada mudança de governo traz retrocessos ou privatizações. A história mostra que enquanto a educação permanecer fragmentada, o país seguirá reproduzindo desigualdade em vez de superá-la.

Reflexos no cotidiano

O resultado é uma massa trabalhadora semi-educada, endividada e excluída da produção intelectual. O ensino público fragmentado e subfinanciado reproduz desigualdade.

Materialismo histórico

A fragmentação educacional não é falha de gestão: é projeto de classe. Defendemos um Sistema Nacional Único de Educação: universal e público; integrado da primeira infância à maioridade; blindado contra privatizações e retrocessos; voltado à emancipação, não ao adestramento para o mercado.

Caminhos políticos – Como avançar

Curto prazo:

Agentes: sindicatos de professores, UNE/UBES.

Terreno: luta contra cortes, reestatização de universidades falidas.

Expectativa: vitórias parciais, sempre sob ataque de lobbies empresariais.

Médio prazo:

Agentes: MEC, Congresso progressista.

Terreno: legislação nacional, fundos orçamentários.

Expectativa: avanços lentos, travados por setores conservadores.

Longo prazo:

Agentes: blocos populares organizados, movimentos estudantis e greves.

Terreno: Constituição, desenho do SNE.

Expectativa: enfrentamento direto com conglomerados privados, mas chance real de universalizar ensino emancipador.

Nota de Realismo

O lobby do ensino privado é bilionário e não recuará sem embate.

Resumo

Da escola imperial ao FIES, a lógica dominante foi mercantilizar. Mas há trilhas históricas de resistência.

Arremate Positivo

Um sistema único pode ser a espinha dorsal de um Brasil crítico, criativo e emancipado.

Chamado final

O materialismo histórico nos ensina: nenhuma classe dominante entrega poder sem luta. O Brasil é prova disso — cada avanço popular foi conquistado em choque com as elites e frequentemente sufocado por golpes ou retrocessos.

Abolir a exploração no trabalho é atacar o núcleo do capital.

Combater o analfabetismo é destruir a base da dominação cultural.

Criar um sistema único de educação é formar sujeitos críticos capazes de transformar a sociedade.

Não queremos reformar o capitalismo. Queremos superá-lo.

Não queremos adiar a revolução. Queremos iniciá-la.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos ideológicos de Estado. 2. ed. São Paulo: Graal, 1970.

CPDOC/FGV. Educação e Ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, [s.d.].

CETIC.br. TIC Domicílios 2023. Comitê Gestor da Internet no Brasil. Disponível em:

<https://www.cetic.br>

. Acesso em: 21 set. 2025.

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Ática, 1964.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler. São Paulo: Cortez, 1989.

INAF – Indicador de Alfabetismo Funcional. Resultados 2018. Instituto Paulo Montenegro.

Disponível em: <https://acaoeducativa.org.br/inaf/>

. Acesso em: 21 set. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico de 1872. Rio de Janeiro: IBGE, 1872.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013 [1867].

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007 [1846].

NEXO JORNAL. Ditadura e a educação popular. São Paulo: Nexo, 2019. Disponível em:

<https://www.nexojornal.com.br>

. Acesso em: 21 set. 2025.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Relatório Mundial sobre Trabalho 2023. Genebra: OIT, 2023.

PRADO JR., Caio. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1942.